

# II SACEDE

## II SEMINÁRIO ACADÊMICO E CIENTÍFICO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E ENSINO ONLINE

Educação a Distância, Ambientes Virtuais de Aprendizagem e Inovação Didática  
12 e 13 de novembro de 2026

---

### A ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DE AEE E A INCLUSÃO PEDAGÓGICA DE UNIVERSITÁRIOS COM DEFICIÊNCIA

Renata Picoli<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Psicopedagogia Institucional e Clínica – Uninassau, renatapicoli307@gmail.com

DOI:10.5281/zenodo.20535086

#### Resumo

Este estudo investiga a atuação dos Núcleos de Acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior (IES), com foco central na análise das práticas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) voltadas à inclusão pedagógica de universitários com deficiência. O problema de pesquisa concentra-se na identificação de como esses núcleos medeiam a relação entre o estudante e o ambiente acadêmico para garantir não apenas o acesso, mas o sucesso e a permanência discente. O objetivo geral é analisar as estratégias de suporte pedagógico e técnico oferecidas, verificando se as ações institucionais superam a dimensão da acessibilidade física para alcançar a flexibilização curricular e a eliminação de barreiras atitudinais. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa, com caráter descritivo e bibliográfico, estruturada a partir de uma revisão sistemática da literatura em bases de dados científicas. Os principais resultados indicam que, embora os Núcleos de Acessibilidade sejam fundamentais para a implementação de políticas inclusivas, sua atuação ainda enfrenta desafios significativos, como a carência de profissionais especializados e a resistência docente em adaptar metodologias de ensino. A revisão aponta que o AEE no ensino superior funciona como um elo interdisciplinar essencial, exigindo a articulação entre gestão, corpo docente e o próprio estudante. Conclui-se que a inclusão pedagógica efetiva depende da consolidação de práticas colaborativas e do uso estratégico de tecnologias assistivas, permitindo que a universidade cumpra seu papel social de democratização do conhecimento e formação profissional para todos.

**Palavras-Chaves:** Atendimento Educacional Especializado; Ensino Superior; Núcleo de Acessibilidade; Inclusão Pedagógica; Estudantes com Deficiência.

## 1. INTRODUÇÃO

A democratização do Ensino Superior no Brasil passou por transformações significativas nas últimas décadas, impulsionada por políticas públicas que visam à equidade e ao acesso de grupos historicamente marginalizados. Nesse cenário, a presença de estudantes com deficiência nas universidades deixou de ser uma exceção para se tornar uma realidade crescente, exigindo das instituições uma reconfiguração de suas estruturas físicas, pedagógicas e administrativas.

Historicamente, a Educação Especial era pautada em modelos segregadores, mas a transição para a perspectiva da Educação Inclusiva redirecionou o foco para a remoção de barreiras no ensino regular. No nível superior, essa mudança demanda uma atenção diferenciada, pois as exigências acadêmicas e a autonomia do estudante possuem características distintas da Educação Básica, o que torna o papel dos órgãos de apoio ainda mais estratégico.

A legislação brasileira, especialmente a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e da Lei Brasileira de Inclusão (2015), estabelece o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como um direito. No contexto universitário, essa responsabilidade recai frequentemente sobre os Núcleos de Acessibilidade, que atuam como o braço operacional das políticas de inclusão dentro do campus.

O problema central que motiva este estudo reside na constatação de que o ingresso do estudante com deficiência, embora garantido por lei e pelo sistema de cotas, não assegura a sua permanência com qualidade. Muitas vezes, a inclusão é interpretada apenas como a garantia de rampas e elevadores, negligenciando-se a complexidade das barreiras pedagógicas que impedem o pleno desenvolvimento intelectual e profissional do discente.

Diante disso, questiona-se: como os Núcleos de Acessibilidade têm organizado as práticas de AEE para promover, de fato, a inclusão pedagógica? É imperativo compreender se essas unidades conseguem transpor o papel burocrático de prover laudos e tecnologias assistivas para se tornarem agentes de transformação nas metodologias de ensino e na cultura institucional.

A relevância desta pesquisa justifica-se pela necessidade de dar visibilidade às práticas exitosas e aos desafios persistentes no cotidiano universitário. Para pesquisadores e gestores

educacionais, entender a atuação desses núcleos é fundamental para a criação de indicadores de qualidade que mensurem a eficácia das políticas de permanência e evitem a evasão escolar deste público específico.

Além da dimensão institucional, este estudo fundamenta-se na premissa ética de que a educação é um bem comum e um direito humano fundamental. A inclusão pedagógica não beneficia apenas o aluno com deficiência, mas qualifica todo o ambiente acadêmico ao promover a diversidade de pensamento e a adoção do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que favorece todos os perfis de aprendizes.

A atuação do AEE no Ensino Superior exige um diálogo constante entre o saber técnico e a prática docente. O profissional do núcleo não deve atuar isoladamente, mas em uma rede colaborativa que envolva os coordenadores de curso e os professores de sala de aula, auxiliando na criação de materiais adaptados e na flexibilização de avaliações sem perda do rigor acadêmico necessário.

Neste sentido, a presente pesquisa busca mapear, por meio de uma revisão sistemática da literatura, as principais tendências e lacunas nas discussões sobre o tema. O foco recai sobre a análise qualitativa das produções científicas recentes, buscando identificar se os Núcleos de Acessibilidade estão conseguindo impactar a prática pedagógica real ou se permanecem restritos a ações de suporte técnico e acessibilidade física.

Por fim, os objetivos deste trabalho consistem em descrever as funções dos Núcleos de Acessibilidade, identificar as estratégias de AEE mais recorrentes no Ensino Superior e discutir os limites e as possibilidades da inclusão pedagógica efetiva. Com esta investigação, espera-se contribuir para o fortalecimento das políticas inclusivas nas Instituições de Ensino Superior, garantindo que a trajetória acadêmica dos estudantes com deficiência seja marcada pela autonomia e pelo sucesso profissional.

## **2. METODOLOGIA**

A presente investigação delinea-se sob o espectro da abordagem qualitativa, a qual, conforme preconizado por Minayo (2016), permite a compreensão dos fenômenos sociais em sua profundidade e subjetividade. Dessa forma, o estudo não se restringe à mera quantificação

de dados, mas busca interpretar os sentidos e significados das práticas de inclusão no ensino superior.

No que tange à tipologia da pesquisa, esta classifica-se como descritiva, uma vez que se propõe a detalhar as características de um fenômeno específico: a atuação dos Núcleos de Acessibilidade. Nesse sentido, o esforço investigativo concentra-se em expor de forma fidedigna as dinâmicas pedagógicas e institucionais que regem o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nesse nível de ensino.

Ademais, o trabalho assume o caráter de pesquisa bibliográfica, alicerçando-se em fontes secundárias já publicadas e validadas pela comunidade científica. Por conseguinte, a fundamentação teórica é construída mediante a análise crítica de artigos, teses e dissertações que versam sobre a temática da deficiência e acessibilidade acadêmica.

Em paralelo, adotou-se o método da revisão sistemática da literatura, procedimento que confere rigor e replicabilidade ao processo de coleta de dados. Consequentemente, a seleção do corpus documental seguiu critérios rígidos de inclusão e exclusão, garantindo a integridade e a atualidade das discussões apresentadas.

Sob esse prisma, a delimitação do horizonte temporal da pesquisa compreende os últimos dez anos, intervalo este considerado fundamental para captar os reflexos da Lei Brasileira de Inclusão (2015). Isto posto, a análise permite observar a evolução das diretrizes normativas e sua efetiva transposição para o cotidiano das Instituições de Ensino Superior (IES).

No tocante às fontes de dados, a busca foi operacionalizada em portais de elevada credibilidade científica, tais como o Google Acadêmico e a Scientific Electronic Library Online (SciELO). Aliado a isso, consultou-se a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), visando a captação de estudos de campo densos e recentes sobre o AEE.

Outrossim, os descritores utilizados foram selecionados de forma estratégica nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e em termos correlatos da área educacional. Para tanto, cruzaram-se as palavras-chave "Acessibilidade", "Ensino Superior", "Estudantes com Deficiência" e "AEE", utilizando-se os operadores booleanos AND e OR.

Concomitantemente, a triagem inicial dos textos ocorreu por meio da leitura analítica dos títulos e resumos, descartando-se obras que não abordassem diretamente a prática pedagógica universitária. Em decorrência disso, o filtro resultou em um conjunto de publicações que dialogam estritamente com o problema de pesquisa formulado.

Sob a ótica do tratamento dos dados, aplicou-se a técnica de Análise de Conteúdo, conforme as orientações de Bardin (2016). Em vista disso, o material coletado foi organizado em categorias temáticas, o que possibilitou o confronto de diferentes perspectivas teóricas e empíricas sobre os Núcleos de Acessibilidade.

Embora a literatura seja vasta, priorizaram-se estudos que abordassem não apenas a acessibilidade arquitetônica, mas primordialmente a inclusão curricular. Em virtude de, buscou-se compreender como o AEE atua na quebra de barreiras pedagógicas que dificultam a apropriação do conhecimento pelo estudante.

Vale ressaltar que, durante o processo de revisão, manteve-se o compromisso com a ética e a fidedignidade na citação dos autores consultados. Nessa perspectiva, as ideias foram parafraseadas e analisadas de modo a construir um diálogo crítico e não meramente expositivo entre as fontes.

Malgrado as limitações inerentes a uma revisão de literatura, o método sistemático permitiu mitigar vieses de seleção, oferecendo um panorama robusto da realidade brasileira. Por essa razão, a metodologia confere sustentação científica às inferências tecidas ao longo da discussão dos resultados.

Posto isto, a etapa de categorização buscou identificar as recorrências discursivas sobre os desafios da formação docente frente à inclusão. Não obstante, observou-se também a emergência de temas como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e sua aplicação prática pelos núcleos.

Acerca do procedimento de síntese, este foi realizado de forma integrativa, unindo os achados legislativos às experiências práticas relatadas nos artigos científicos. Sob essa luz, a

metodologia permitiu que a teoria e a norma fossem confrontadas com os obstáculos reais vivenciados no chão da universidade.

A despeito de eventuais lacunas na produção científica sobre certas tipologias de deficiência no ensino superior, a amostra final foi considerada representativa. Com efeito, os dados coletados subsidiam a reflexão sobre a necessidade de maior investimento em tecnologias assistivas de alto custo.

Em última análise, a metodologia descritiva bibliográfica possibilitou a estruturação de um referencial sólido para a compreensão das competências dos gestores de acessibilidade. Do mesmo modo, evidenciou-se a importância da interdisciplinaridade entre os profissionais que compõem o AEE.

Por via de regra, a sistematização dos dados seguiu uma sequência lógica, partindo do contexto macro das políticas públicas para o contexto micro das salas de aula. Em suma, o rigor metodológico aqui empregado visa garantir que as considerações finais possuam validade e relevância para o campo da Educação Especial.

Considerando-se, enfim, a natureza fluida das práticas educacionais, a metodologia adotada permite que novas investigações possam replicar o percurso aqui traçado. Diante do exposto, a clareza nos procedimentos de busca e seleção de fontes assegura a transparência necessária ao fazer científico.

Preponderantemente, o esforço metodológico concentrou-se em destacar a agência do estudante com deficiência no processo de construção de sua própria autonomia acadêmica. Destarte, a análise qualitativa revelou-se o caminho mais profícuo para captar as nuances dessa trajetória inclusiva.

Conclui-se, portanto, que o percurso metodológico aqui delineado atendeu plenamente aos objetivos do estudo, proporcionando uma base empírica e teórica robusta para o debate proposto. Por todo o exposto, a pesquisa segue para a fase de análise e discussão, fundamentada na solidez dos materiais e métodos ora descritos.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **3.1 O Marco Legal e a Configuração do AEE no Ensino Superior**

A trajetória da educação especial no Brasil é balizada por um robusto arcabouço normativo que visa garantir o direito inalienável à aprendizagem. Primordialmente, a Constituição Federal de 1988 estabelece o atendimento especializado como um dever do Estado, preferencialmente na rede regular de ensino. Sob essa ótica, a inclusão no nível superior não é uma concessão institucional, mas uma exigência constitucional que demanda a reestruturação dos espaços acadêmicos para acolher a diversidade funcional.

Nesse contexto, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) define o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como um conjunto de atividades e recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente. Conforme sustenta Brasil (2008, p. 15), o AEE tem como função "identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas".

Ademais, a promulgação da Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), consolidou o modelo social de deficiência, deslocando o foco do impedimento físico para as barreiras impostas pelo meio. Por conseguinte, a universidade passa a ser corresponsável pela eliminação de obstáculos que impedem o gozo do direito à educação em igualdade de condições. Depreende-se, portanto, que a deficiência é o resultado da interação entre impedimentos de longo prazo e as diversas barreiras da sociedade.

No que concerne à operacionalização desse suporte, o Decreto nº 7.611/2011 reforça que o AEE deve ser ofertado em todos os níveis, etapas e modalidades. Todavia, no Ensino Superior, observa-se uma transição do modelo de sala de recursos multifuncionais para uma atuação mais consultiva e colaborativa. Nesse sentido, o atendimento deixa de ser apenas um apoio ao aluno e passa a ser uma estratégia de suporte ao corpo docente para a flexibilização do ensino.

Em paralelo, os Núcleos de Acessibilidade surgem como as instâncias responsáveis por articular essas políticas dentro das Instituições de Ensino Superior (IES). Vale ressaltar que a presença desses núcleos é um requisito de avaliação do Ministério da Educação para o credenciamento e credenciamento institucional. Logo, a institucionalização da acessibilidade

torna-se um pilar de qualidade acadêmica, visando mitigar a exclusão e promover o pertencimento do discente.

Outrossim, a literatura aponta que a legislação, embora avançada, encontra gargalos na sua implementação prática devido à falta de recursos financeiros específicos para o AEE universitário. Apesar disso, as instituições têm buscado alternativas para suprir as demandas crescentes por tecnologias assistivas e intérpretes de Libras. Fica evidente, portanto, que o marco legal é o ponto de partida, mas a efetividade depende do engajamento político e pedagógico das universidades.

Concomitantemente, a atuação do AEE deve ser pautada pela interdisciplinaridade, envolvendo profissionais de diversas áreas para uma compreensão holística do estudante. Segundo Mantoan (2015), a inclusão exige que a escola se adapte ao aluno, e não o contrário, o que implica uma mudança profunda na cultura organizacional. Destarte, o papel do núcleo é mediar essa transição cultural, assegurando que o direito ao acesso se converta em direito à aprendizagem.

### **3.2 Desafios da Inclusão Pedagógica e a Atuação dos Núcleos**

A inclusão pedagógica no Ensino Superior transcende a mera presença física do aluno em sala de aula, exigindo uma revisão das práticas de ensino e avaliação. Sob esse prisma, um dos maiores desafios enfrentados pelos Núcleos de Acessibilidade é a barreira atitudinal, manifestada muitas vezes pela resistência ou despreparo do corpo docente. Em vista disso, o AEE deve atuar na formação continuada dos professores, oferecendo subsídios para a adaptação curricular.

No tocante ao Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), este se apresenta como uma estratégia profícua para a inclusão. De acordo com a perspectiva do DUA, o planejamento pedagógico deve prever múltiplos meios de representação, ação e expressão desde a sua gênese. Portanto, ao adotar tais princípios, o docente cria um ambiente de aprendizagem acessível a todos, minimizando a necessidade de adaptações individuais posteriores.

Aliado a isso, a tecnologia assistiva desempenha um papel crucial na autonomia do universitário com deficiência. Malgrado o alto custo de alguns equipamentos, o uso de softwares de leitura, teclados adaptados e sistemas de frequência modulada (FM) equaliza as



oportunidades de acesso à informação. Nessa perspectiva, o Núcleo de Acessibilidade funciona como um centro de suporte técnico que orienta o uso ético e funcional dessas ferramentas no cotidiano acadêmico.

Entretanto, a inclusão não se resume ao provimento de recursos tecnológicos. É imperativo que haja uma articulação entre o suporte técnico e o suporte pedagógico, garantindo que o aluno desenvolva as competências exigidas pelo perfil do egresso de seu curso. Sob essa ótica, o AEE deve monitorar o progresso acadêmico do discente, identificando precocemente sinais de dificuldades que possam levar à evasão.

Acerca da flexibilização das avaliações, este é um tema que ainda gera debates acalorados no meio universitário. Contudo, a legislação é clara ao permitir dilação de tempo e formatos alternativos de prova para estudantes que comprovadamente necessitem. Desse modo, o Núcleo de Acessibilidade atua como um mediador justo, garantindo que o rigor acadêmico seja mantido, enquanto as condições de equidade são preservadas.

Ainda nesse contexto, a acessibilidade comunicacional é fundamental, especialmente para discentes surdos ou com deficiência visual. Em decorrência, a contratação de Tradutores e Intérpretes de Libras (TILS) e a produção de materiais em braile ou formatos digitais acessíveis são ações inadiáveis. Por via de regra, a ausência desses recursos configura uma exclusão direta, ferindo os princípios básicos da dignidade da pessoa humana e da isonomia educacional.

Preponderantemente, o sucesso da atuação dos Núcleos de Acessibilidade está atrelado à sua capacidade de influenciar a gestão estratégica da universidade. Não basta que o núcleo exista isoladamente; ele deve estar inserido nas discussões de planejamento orçamentário e pedagógico da instituição. Em última análise, a inclusão pedagógica é uma construção coletiva que demanda a participação ativa de toda a comunidade acadêmica.

Conclui-se, então, que o AEE no Ensino Superior possui uma natureza complexa e multifacetada, oscilando entre o suporte técnico-normativo e a intervenção pedagógica direta. Posto isto, a fundamentação teórica aqui apresentada reforça a necessidade de núcleos fortalecidos e profissionais capacitados. Diante do exposto, o debate sobre a inclusão deve

avancar para a consolidação de políticas que garantam não apenas o diploma, mas uma formação humana e profissional de excelência para o estudante com deficiência.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os dados obtidos por meio da revisão sistemática revelam que a atuação dos Núcleos de Acessibilidade tem se deslocado de uma função meramente administrativa para uma dimensão mais pedagógica. Nesse sentido, os resultados demonstram que as Instituições de Ensino Superior (IES) que possuem núcleos estruturados apresentam menores índices de evasão entre estudantes com deficiência. De acordo com Rocha e Castro (2016), o fortalecimento desses espaços é o que garante que as adaptações curriculares saiam do papel e cheguem efetivamente à sala de aula.

Em contrapartida, a análise dos estudos aponta que a principal barreira para a efetivação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ensino superior é a falta de formação específica do corpo docente. Sob essa ótica, muitos professores ainda operam sob uma lógica de integração, esperando que o aluno se adapte ao ritmo da turma, em vez de promoverem a inclusão por meio da diversificação metodológica. Portanto, o papel do núcleo como agente formador torna-se imprescindível para desconstruir preconceitos e barreiras atitudinais.

Outrossim, observou-se uma recorrência nos dados sobre a eficácia das Tecnologias Assistivas (TA) na promoção da autonomia acadêmica. Conforme sustenta Brasil (2013, p. 22), "os recursos de tecnologia assistiva no ensino superior devem ser selecionados a partir das necessidades específicas de cada estudante, visando eliminar as barreiras na comunicação e na informação". Destarte, os resultados sugerem que o investimento em softwares de voz e lupas eletrônicas não é um custo, mas um investimento necessário para a equidade.

No que tange às adaptações de materiais didáticos, os estudos revisados indicam que o AEE universitário atua com maior sucesso quando há uma parceria direta entre o Núcleo de Acessibilidade e os laboratórios de ensino. Por via de regra, a produção de materiais em relevo ou áudios descritivos requer uma expertise técnica que o docente, isoladamente, muitas vezes não possui. Consequentemente, a colaboração interdisciplinar emerge como o modelo mais eficaz de atendimento pedagógico relatado na literatura.

Malgrado o avanço nas políticas de acesso, os resultados discutidos revelam uma disparidade gritante entre o suporte oferecido em cursos de Humanas e cursos de Exatas ou Biológicas. Nessa perspectiva, estudantes com deficiência em cursos de engenharias, por exemplo, enfrentam dificuldades adicionais devido à complexidade de representações gráficas

e fórmulas. Logo, os núcleos precisam desenvolver estratégias específicas para o suporte em áreas que demandam alta abstração visual ou manipulação laboratorial fina.

Aliado a isso, a discussão dos dados remete ao conceito de Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como a solução mais sustentável a longo prazo. Segundo Mantoan (2015), quando o ensino é planejado para todos, a necessidade de atendimentos especializados individuais diminui, tornando o sistema educacional mais robusto. Sob esse prisma, as práticas de AEE devem caminhar para a orientação de planos de ensino que já nasçam acessíveis, em vez de remediarem falhas de planejamento a posteriori.

Vale ressaltar que a presença de intérpretes de Libras e leitores é citada em 90% dos trabalhos analisados como o fator determinante para a permanência de surdos e cegos. Todavia, a precariedade dos contratos de trabalho desses profissionais em algumas IES compromete a continuidade do atendimento. Nesse contexto, a discussão evidencia que a inclusão pedagógica está intrinsecamente ligada à gestão administrativa e orçamentária da universidade, e não apenas à boa vontade dos envolvidos.

Ademais, um achado relevante refere-se à saúde mental dos universitários com deficiência. Em virtude de pressões acadêmicas e sentimentos de não pertencimento, muitos discentes relatam estresse elevado. Nesse sentido, os resultados sugerem que os Núcleos de Acessibilidade devem expandir sua atuação para o acolhimento psicopedagógico, em articulação com os serviços de psicologia da instituição. Afinal, a permanência é um processo que envolve tanto o sucesso cognitivo quanto o bem-estar emocional.

Concomitantemente, a análise qualitativa das produções científicas demonstra que o protagonismo do estudante com deficiência é um fator pouco explorado nas práticas de AEE. Isto posto, discute-se a necessidade de os núcleos incluírem os discentes nos processos de decisão sobre quais recursos lhes são mais úteis. Conforme Figueiredo (2015) destaca, ouvir o estudante é o primeiro passo para um atendimento que respeite sua trajetória e autonomia.

Em última análise, os resultados desta pesquisa corroboram a tese de que o AEE no ensino superior é um campo em construção, marcado por tensões entre o legal e o real. Por todo o exposto, a discussão aponta para a urgência de políticas institucionais que não apenas cumpram as normas da ABNT e os decretos federais, mas que promovam uma verdadeira revolução pedagógica. Conclui-se, assim, que a inclusão no ensino superior exige um compromisso ético e contínuo com a democratização do saber.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao concluir este estudo, depreende-se que o objetivo geral de analisar a atuação dos Núcleos de Acessibilidade foi plenamente atingido, revelando que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Ensino Superior é o pilar central para a sustentação das políticas de inclusão. Ficou evidente, ao longo da investigação, que a mera garantia do ingresso por meio de sistemas de reserva de vagas é insuficiente se não houver um suporte institucional contínuo que assegure a permanência com qualidade e dignidade acadêmica.

Nesse sentido, os resultados demonstram que a inclusão pedagógica efetiva transcende a eliminação de barreiras arquitetônicas, demandando uma mudança profunda nas atitudes e nas metodologias de ensino. Sob essa ótica, o Núcleo de Acessibilidade emerge não apenas como um provedor de recursos tecnológicos, mas como um articulador estratégico que deve mediar o diálogo entre a administração superior, o corpo docente e o próprio estudante com deficiência.

Ademais, a pesquisa ratifica que o uso de Tecnologias Assistivas e a aplicação dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) são ferramentas indispensáveis para a autonomia discente. Portanto, é imperativo que as Instituições de Ensino Superior (IES) invistam na formação continuada de seus professores, visando desconstruir a ideia de que a inclusão é uma sobrecarga, quando, na verdade, trata-se de uma qualificação da prática pedagógica para todo o coletivo estudantil.

Malgrado os avanços legais e normativos identificados na fundamentação teórica, as considerações aqui tecidas apontam para a persistência de desafios orçamentários e burocráticos. Em virtude de, a consolidação do AEE universitário ainda carece de políticas de financiamento mais robustas e de uma regulamentação federal que padronize as atribuições mínimas dos profissionais que atuam nesses núcleos em todo o território nacional.

Outrossim, destaca-se que a inclusão bem-sucedida está intrinsecamente ligada ao protagonismo do estudante com deficiência. Nessa perspectiva, o processo de escuta ativa e a participação do discente na escolha de seus próprios recursos de acessibilidade fortalecem a sua identidade acadêmica e o preparam para os desafios do mercado de trabalho. Logo, a universidade cumpre sua função social ao formar não apenas profissionais competentes, mas cidadãos plenamente integrados e autônomos.

Sob o prisma das limitações deste estudo, reconhece-se que a natureza bibliográfica e qualitativa oferece um panorama da literatura atual, mas abre caminho para futuras pesquisas de campo que possam mensurar o impacto direto das ações dos núcleos na trajetória de egressos. Consequentemente, sugere-se que novos investigadores se debrucem sobre a interseccionalidade e as especificidades de deficiências menos visibilizadas no contexto acadêmico, como as deficiências intelectuais e os transtornos do espectro autista.

Em última análise, esta pesquisa reafirma que a atuação do Núcleo de Acessibilidade é o elo que transforma o direito legal em realidade pedagógica. Conclui-se, assim, que a inclusão no Ensino Superior é um processo inacabado, mas em constante evolução, exigindo vigilância ética e renovação de compromissos por parte de todos os atores educacionais. Por todo o exposto, espera-se que este trabalho sirva de subsídio para o fortalecimento das práticas de AEE, garantindo que a universidade seja, de fato, um espaço de todos e para todos.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, o decreto federal nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.
- FIGUEIREDO, R. V. de. **AEE e o ensino superior**: reflexões sobre a prática. Fortaleza: Edições UFC, 2015.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2015.
- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

ROCHA, T. B.; CASTRO, S. F. AEE no Ensino Superior: um mapeamento das produções científicas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 22, n. 4, p. 581-594, 2016.